



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

MEMÓRIA DA XII REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL - CTN

Data: 13 de julho de 2006.

Local: Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal

Horário: 14 às 17:00 horas

Participantes:

Pela ABEMA: Alexandrina Sobreira (SECTMA) e Ednaldo Batista dos Santos (ADEMA - SE)

Pela ANAMMA: Sebastião Ney Vaz Jr., Hélio Vanderlei e Jorge Alberto Müller

Pelo MMA: Secretário Cláudio Langone, Volney Zanardi Jr., Virgínia Müzell, Eugênio Spengler, Rudolf de Noronha, Lucia Regina M. Oliveira, Evandro Moretto, Luciana Valadares, Edison Lasmar.

Pauta:

1. Avaliação do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais;
2. Proposta de Regulamentação das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais;
3. Discussão do “Termo de Referência” sobre Tipologia de Atividades com Características de Impacto Local;
4. Informe sobre o Projeto de Lei Complementar, que regulamenta o Art. 23 da Constituição Federal;
5. Informes gerais.

Abertura

A reunião foi aberta pelo Dr Volney, que colocou em discussão a proposta de pauta, tendo tido a aprovação de todos.

Em seguida, o Secretário Executivo do MMA, Dr Cláudio Langone, deu as boas vindas aos participantes e iniciou a reunião informando que em agosto haverá Reunião Extraordinária do CONAMA em comemoração ao 25º aniversário daquele conselho, ocasião propícia para um novo encontro da CTN e de se preparar a agenda para o 2º semestre.

Foi entregue cópia da Memória da XI Reunião da Comissão Tripartite Nacional aos presentes, que não tendo tido nenhuma observação de alteração foi considerada aprovada. Também foi entregue cópia do documento “Gestão Ambiental Compartilhada - Discussão: Tipologias de empreendimentos e atividades com características de Impacto Local” e do “Regulamento das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais e Comissão Técnica Bipartite do Distrito Federal”.

1. Avaliação do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais.

Dra Virgínia, Coordenadora do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais –

PNC, fez uma explanação sobre a atual situação de implementação do programa, informando que a meta de assinatura de convênio com doze estados havia sido cumprida e que em agosto desse ano será realizado um evento de comemoração e de avaliação de um ano do lançamento oficial do programa. O evento terá uma parte comemorativa e realização de oficinas com os gestores. Haverá o lançamento da Página do PNC na Internet, o lançamento do Caderno nº 6 – Apoio Pedagógico, e fechamento de dois acordos: WBI e Interlegis, com possibilidade de cursos on-line para vereadores. O evento será uma oportunidade de “homogeneizar” a linguagem do PNC entre os estados. Será reunião de trabalho com ênfase, inclusive, nos estados que estão mais incipientes.

Informou que o processo está em ampliação e concomitantemente implementando a fase de monitoramento - avaliação pedagógica e financeira do programa. Ressaltou que os Estados estão trabalhando com conteúdos próprios - “olhar local”, em complemento aos cadernos já lançados.

Com relação aos questionamentos sobre os estados que ainda não se integraram ao programa, foi informado que o processo de adesão deve ser coordenado/gerenciado pelas comissões tripartites, ressaltando que a situação da tripartite influencia o andamento do PNC em cada estado.

O representante do Estado de Sergipe comentou que é difícil rearticular a tripartite, no estado, para só então iniciar a capacitação.

Dr Eugênio esclareceu que em alguns estados a capacitação foi “mote” para a rearticulação das tripartites, e sugeriu agendar reunião no estado de Sergipe para discussão do programa de capacitação e da reorganização da comissão tripartite.

Dra Alexandrina comentou que em Pernambuco não foi a comissão tripartite que construiu o projeto de capacitação e sim um grupo técnico.

Dr Volney lembrou que um dos critérios para seleção dos estados, contemplado no Termo de Referência, é que o estado tenha sua comissão tripartite.

2.Proposta de Regulamentação das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais.

Dr Eugênio explicou o porque da inclusão desse ponto na pauta da reunião, lembrando que havia sido proposto pelo Dr. Romeu (ABEMA/CE) durante a XI Reunião da comissão, inclusive com a sugestão de regulamentação por meio de Portaria ou Decreto, de forma a estabelecer uma norma a ser cumprida, o que não vem acontecendo em alguns estados. Essa preocupação foi compartilhada por todos à época. Ressaltou a Carta de Salvador da ABEMA que se mostra consoante com a necessidade de regulamentação das comissões estaduais. No entanto, indagou se é necessário tornar o Regimento uma obrigatoriedade e não uma recomendação. Destacou que o item 13 do Regimento das Tripartites Estaduais - Secretaria Executiva de cada comissão é um dos pontos mais importantes.

Dra. Alexandrina manifestou a opinião de que as tripartites não estão cumprindo a função de espaço de dirimir conflitos, e destacou o entendimento: mais importante do que regulamentar é “Fazer junto”, não sendo necessário Decreto ou Portaria.

Dr. Volney sugeriu a revisão do período de coordenação das comissões, uma vez que quatro meses não são suficientes para uma gestão. Propôs a alteração para oito meses, de forma que cada ente federado assuma a cada dois anos - espaço de tempo entre duas eleições. Tal sugestão teve a concordância de todos.

Dr. Hélio da ANAMMA ressaltou que as comissões tripartites devem ser mantidas como espaço de diálogo.

Dr. Langone lembrou que o Dr. Romeu foi enfático quanto à regulamentação das comissões estaduais. Expressou o entendimento de que problemas políticos não se resolvem por normas e regulamentos e que a idéia não era ter rigidez de regulamento. Sugeriu uma avaliação e o amadurecimento, por todos, sobre essa questão. Ressaltou que a inexistência de comissão tripartite é reflexo da incapacidade dos três entes federados conversarem. Destacou que os municípios terão um papel importante na continuidade da articulação no período que deverão ocorrer mudanças de

representantes nas comissões em função das eleições. Por fim, propôs a realização do seminário das tripartites no segundo semestre, antes das eleições.

Ficou acordado que o seminário será realizado em São Paulo, nos dois dias que antecedem a 48ª Reunião Extraordinária do CONAMA, que será no SESC/SP, e que o MMA apresentará uma proposta de pauta a todos.

3. Discussão do “Termo de Referência” sobre Tipologia de Atividades com Características de Impacto Local;

Dr. Eugênio fez uma explanação sobre as discussões sobre esse tema que estão ocorrendo em vários estados, tendo alguns já consensuado propostas de tipologias. Destacou uma pergunta freqüente nas reuniões das comissões tripartites: os municípios serão capacitados para a gestão ambiental e eles farão exatamente o que? Ressaltou que a gestão ambiental deve ser vista como algo além do licenciamento, mas vários estados estão demandando a questão da tipificação de empreendimentos e atividades com características de impacto local. Informou que é bastante consensuado que a competência municipal dispensa convênio com os estados, e que as propostas de tipificação devem ser discutida entre os três entes e posteriormente encaminhada para avaliação dos conselhos estaduais de meio ambiente, considerando, sempre, a necessidade de estrutura mínima para exercer a gestão ambiental.

Dr. Volney informou que a idéia do documento entregue aos presentes é de consulta à CTN, de forma que a prática de construção de documentos e registros seja fortalecida.

Foi feita uma explanação do documento e esclarecido que se trata de um documento para subsidiar o debate, podendo haver outros, ressaltando que as comissões tripartites estaduais são o espaço estratégico para a discussão da tipificação e que os conselhos estaduais o espaço institucional para normatização. Tipificação e TCFA são dois pontos que devem ser encaminhados para tripartites para articulação e discussão.

O presidente da ANAMMA comentou ser o documento uma base interessante, mas que precisa meios para se tornar realidade.

Ficou acordado que o documento “Gestão Ambiental Compartilhada - Discussão: Tipologias de empreendimentos e atividades com características de Impacto Local” é uma contribuição do MMA para subsidiar as discussões e se for o caso aprovado pela Comissão Tripartite Nacional.

4. Informe sobre o Projeto de Lei Complementar, que Regulamenta o Art. 23 da Constituição Federal;

Dr. Langone informou sobre as providências que estão sendo tomadas para avançar no processo de regulamentação do Artigo 23, principalmente junto à Secretaria de Articulação Federativa e Casa Civil, e destacou a posição da bancada Ruralista no Congresso com relação ao PLC.

5. Informes Gerais.

Dra Alexandrina comentou que a pauta ordinária das comissões do Congresso Nacional com temas sobre Meio Ambiente não chega ao CONAMA.

Dr. Langone informou que o MMA tem um boletim diário sobre atividades parlamentares que pode ser encaminhado para todas as OEMA's.

Dr. Volney registrou o lançamento do portal do SINIMA em 08/06/06.

Nada mais havendo, deu-se por encerrada a XII Reunião da Comissão Técnica Tripartite Nacional.